



AZ@BXL

Número: 274 Data: 2023.06.02

No título: [Estação de Peixes Vivos - Aquário do Porto Pim](#)

Nota: A [série](#) em questão pretende visitar em toda a sua extensão os centros ambientais nos Açores. A última paragem na ilha do Faial será na Estação de Peixes Vivos – Aquário de Porto Pim. O centro encontra-se instalado num edifício carregado de história sobre a seca do bacalhau e que foi a primeira fábrica de extração de óleo de baleia. Inclui um tanque central e dois conjuntos de tanques com as espécies costeiras mais comuns dos Açores, uma exposição sobre o Parque Marinho dos Açores e um filme sobre o mar profundo da plataforma continental contígua ao Arquipélago. A promoção do conhecimento sobre a biodiversidade do mar dos Açores, a par da sensibilização ambiental e recuperação de animais marinhos sensíveis, são as principais missões que Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas efetua nesta unidade.

Créditos: [Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas](#)

Destaques



[Política de Coesão da UE: convite à apresentação de projetos de inovação urbana no valor de 120 milhões de euros](#)
[Auxílios estatais: Comissão adota Comunicação sobre a revisão intercalar dos mapas dos auxílios com finalidade regional](#)

[Novo relatório sublinha que um desenvolvimento coeso das regiões é fundamental para a agenda de crescimento da UE](#)

[Novo sistema de patente unitária: pioneiro de uma nova era de proteção e aplicação das patentes na UE](#)

[Pacote de procedimentos de infração de junho: principais decisões](#)

[Lançado o sítio *Web* sobre as autorizações de pesca da UE](#)

[#MeToo: PE pede mais medidas para combater o assédio sexual na UE](#)



Até 5 de junho



Auxílios Estatais: Comissão Europeia procura reações à proposta de prorrogação das regras relativas aos aeroportos regionais

A Comissão Europeia lançou uma [consulta pública](#), convidando todas as partes interessadas a pronunciarem-se sobre o seu projeto de proposta de prorrogação da aplicação das [Orientações de 2014 relativas aos auxílios estatais aos aeroportos e companhias aéreas](#). As Orientações permitem que os Estados-Membros concedam, em determinadas condições, auxílios aos aeroportos regionais com menos de 3 milhões de passageiros por ano, com o objetivo de cobrir os custos. As orientações estabelecem um período de transição de dez anos durante o qual esses auxílios podem ser declarados compatíveis com o mercado interno. O período de transição termina a 4 de abril de 2024.

Tendo em conta estas circunstâncias excecionais, a Comissão tenciona prolongar o período transitório durante o qual os Estados-Membros podem conceder auxílios para cobrir os custos de funcionamento dos aeroportos regionais. Em junho de 2022, a Comissão lançou um convite à [apresentação de provas](#) sobre esta proposta de revisão no Portal Legislar Melhor: foram recebidas 28 contribuições das partes interessadas entre 23 de junho e 21 de julho de 2022. A Comissão propõe agora prolongar o período de transição por três anos (ou seja, até 4 de abril de 2027), sem quaisquer outras alterações às Orientações.

6 de junho



A solidão na União Europeia: Políticas em ação

No dia 6 de junho de 2023, a Direção-Geral do Emprego, dos Assuntos Sociais e da Inclusão da Comissão Europeia vai organizar uma conferência de alto nível em Bruxelas. A conferência marcará a conclusão do projeto-piloto do Parlamento Europeu sobre a solidão, realizado em conjunto com o Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia. Serão apresentados e discutidos os resultados do primeiro inquérito sobre a solidão a nível da UE.

O evento reunirá responsáveis políticos nacionais e da UE, académicos de topo de diferentes disciplinas que trabalham sobre a solidão, organizações internacionais e profissionais que trabalham em intervenções, para promover o diálogo e chamar a atenção para um tema de relevância social. O [evento](#) poderá ser acompanhado remotamente.



Sessão informativa: “Um Ano para as Eleições Europeias de 2024”

Durante a [sessão informativa](#), que será conduzida em inglês, serão apresentados os dados do Eurobarómetro da Primavera do Parlamento Europeu sobre a opinião pública relativamente à UE e às eleições de 2024. O evento terá como oradores: Ivana Drmic, diretora editorial da Sala de Imprensa Europeia; Jaume Duch Guillot, porta-voz do Parlamento Europeu; Philipp Schulmeister, diretor de campanhas e chefe da monitorização da opinião pública. Para acompanhar o evento em linha, clique [nesta ligação](#) (palavra-chave: enr).

6 e 7 de junho



Semana Verde da UE – Edição de 2023

Participe na [conferência](#) de 6 a 7 de junho para se inteirar das políticas ambientais da UE, e em particular sobre biodiversidade, economia circular, e poluição zero. É uma oportunidade para celebrar os progressos já alcançados, inspirando ao mesmo tempo indivíduos, comunidades e organizações a adotar novas medidas para proteger e restaurar o nosso ambiente para as gerações presentes e futuras.

Ao longo da semana, realizar-se-ão em toda a Europa e nos países terceiros eventos organizados por escolas, universidades, associações empresariais, organizações ambientais e agências governamentais. Procurar-se-á sensibilizar e educar as pessoas sobre a importância de proteger o ambiente e promover práticas de vida sustentáveis, através de oficinas educativas, seminários, e de projetos amigos do ambiente, que irão realçar a importância das competências "verdes" - competências que capacitarão as pessoas a aderir e contribuir para a transição verde. Todos os pormenores podem ser consultados [aqui](#). Orientações [aqui](#).

Até 8 de junho



United Nations World Oceans Day (UN WOD) 2023

Este ano, o [Dia Mundial dos Oceanos das Nações Unidas \(UN WOD\)](#) tem como tema central "Planet Ocean: Tides are Changing". Para celebrar o tema do Dia Mundial dos Oceanos 2023 das Nações Unidas, Planet Ocean, as Nações Unidas estão a unir esforços com tomadores de decisão, cientistas, setor privado, representantes da sociedade civil, comunidades indígenas, celebridades e jovens ativistas e muito mais para colocar *o oceano em primeiro lugar*. Poderá encontrar [aqui](#) informação adicional que permitirá acompanhar em formato virtual o evento "Planet Ocean: Tides are Changing".



Mecanismo de Recuperação e Resiliência (2020-2024) — avaliação intercalar

O Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) é o principal instrumento de que a UE dispõe para atenuar o impacto económico e social da pandemia de COVID-19. A avaliação intercalar, que decorrerá a meio do período de implementação do Regulamento MRR, examinará, especificamente, a eficácia, a eficiência, a coerência e a pertinência dos progressos realizados na consecução dos seus objetivos e determinará em que medida gerou valor acrescentado para a UE. Esta iniciativa decorre de uma obrigação jurídica prevista no artigo 32.º do Regulamento MRR. O [período de contributos](#) para a consulta pública sobre esta iniciativa encerra a 8 de junho.

8 e 9 de junho



Conselho (Justiça e Assuntos Internos)

Entre as temáticas em debate, [poder-se-ão](#) destacar: o estado geral do espaço Schengen; a política de vistos- fiscalização dos regimes de isenção de visto; ou a possível adoção duma abordagem geral relativa ao Regulamento Gestão do Asilo e da Migração;

Até 9 de junho



Programa Europa Criativa: avaliações

Esta iniciativa inclui duas avaliações: a avaliação intercalar do programa Europa Criativa 2021-2027, que de acordo com o seu regulamento de base deve ser realizada até 31 de dezembro de 2024; a avaliação final do programa anterior que ainda não foi realizada. Estas avaliações analisarão a eficácia, a eficiência, a pertinência e a coerência dos programas e o valor acrescentado da UE. No que respeita ao programa em curso, a avaliação analisará igualmente as medidas de inclusão e de simplificação. A apresentação de comentários poderá ser feita [aqui](#).

9 e 10 de junho



Encontro Europeu da Juventude 2023: jovens pronunciam-se um ano antes das eleições europeias

Cerca de 10 mil jovens da UE e de outros países vão [reunir-se](#) em Estrasburgo para debater o futuro da Europa, no contexto da guerra contra a Ucrânia e das próximas eleições europeias. Na sexta-feira, 9 de junho, e no sábado, 10 de junho, o Encontro Europeu da Juventude 2023 (EYE 2023) contará com mais de 300 atividades presenciais e híbridas — debates, discussões, oportunidades de ligação em rede, espetáculos artísticos, atividades desportivas e workshops interativos.

Foram criadas em conjunto com as instituições da UE, as organizações internacionais, as organizações de juventude e os próprios participantes. O evento é organizado pelo Parlamento Europeu em Estrasburgo, com parte do programa a decorrer ao ar livre, na aldeia do EYE. A [participação em linha no evento](#) também será possível.

Até 11 de junho



Prémios Europeus da Energia Sustentável 2023

Os Prémios Europeus de Energia Sustentável (Prémios EUSEW) reconhecem indivíduos e projetos de destaque pelas suas inovações e esforços no campo da eficiência energética e das energias renováveis.

A votação do público para o *EUSEW Awards 2023* já está aberta, saiba quem foi [selecionado como finalista e vote](#) em cada uma das três categorias postas a concurso.

13 de junho



Evento final: Programa de intercâmbios nas Regiões Ultraperiféricas da UE sobre a adaptação às alterações climáticas

A Direção-Geral da Política Regional e Urbana (DG REGIO), em parceria com a Presidência do Comité de Acompanhamento da Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, encontra-se a [organizar](#) um evento final para concluir o Programa de Intercâmbios nas Regiões Ultraperiféricas da UE e nos seus países vizinhos sobre a adaptação às alterações climáticas, lançado em dezembro de 2021.

Neste evento final serão apresentados, discutidos e consolidados os resultados de quase dois anos de investigação e análise de iniciativas, boas-práticas e soluções sobre a adaptação às alterações climáticas identificadas em todas as bacias geográficas. Será uma oportunidade para refletir sobre as principais atividades, resultados e intercâmbios promovidos entre os principais atores e partes interessadas durante os nove workshops virtuais organizados na Macaronésia, Caraíbas-Amazónia e Sudoeste do Oceano Índico. Espera-se que os participantes sejam informados e inspirados pelas práticas bem-sucedidas e pelas lições aprendidas em todas as bacias. Para além disso, pretende-se a partilhar experiências sobre os principais desafios comuns e individuais e formas coletivas para os enfrentar. Este evento de encerramento ocorrerá a 13 de junho de 2023 das 9:15 às 17:00 (GMT+1) em Las Palmas de Gran Canaria e terá um formato híbrido, permitindo aos participantes assistir fisicamente ou virtualmente.



Capital Europeia da Cultura — avaliação intercalar de 2024

A avaliação da iniciativa Capital Europeia da Cultura (CEC) resultará num documento de trabalho dos serviços da Comissão e num relatório para as outras instituições da UE. A CEC rege-se pela Decisão 445/2014/UE. Nos termos do seu artigo 16.º, a Comissão deve assegurar a realização regular de avaliações independentes dos resultados da iniciativa. Comentários [aqui](#).



Sessão de informação sobre o documento de orientação da EFSA relativo aos perigos para as abelhas da utilização de produtos fitofarmacêuticos

A Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA) atualizou as suas orientações respeitantes aos riscos para as abelhas melíferas, zangões e as abelhas solitárias decorrentes da utilização dos produtos fitofarmacêuticos. O [documento de orientação atualizado](#) tem em conta os conhecimentos científicos mais recentes e contém as metodologias mais atualizadas para a realização de avaliações de risco neste domínio.

A sessão de informação (em linha) sobre o documento de orientação revisto da EFSA relativo aos perigos para as abelhas da utilização de produtos fitofarmacêuticos [irá decorrer](#) no dia 13 de junho. Inscrições até ao dia 9 de junho (12h CEST).

14 de junho



Horizonte Europa - Redes de Doutoramento 2023: Ações Marie Skłodowska-Curie (MSCA) - Evento de informação sobre a apresentação de candidaturas

A Comissão Europeia abriu um novo [convite](#) à apresentação de propostas para as redes de doutoramento das [Ações Marie Skłodowska-Curie \(MSCA\) de 2023](#). Prevê-se que o convite financie mais de 130 doutoramentos em todos os domínios científicos, bem como a formação e o desenvolvimento de competências de 1600 candidatos a doutoramento. O convite será encerrado a 28 de novembro de 2023.

Estão disponíveis [em linha](#) mais informações sobre o convite à apresentação de candidaturas para as redes de doutoramento de 2023 e sobre a forma de se candidatar. Os potenciais candidatos [podem](#) também participar na jornada de informação específica a [14 de junho de 2023](#).

Até 16 de junho



Produtos agrícolas – revisão das normas de comercialização da UE

As normas de comercialização dos produtos agrícolas da UE garantem um nível elevado de qualidade. Algumas das normas estão, todavia, desatualizadas podendo obstar a uma maior eficiência e sustentabilidade do sistema alimentar.

Esta iniciativa visa atualizar estas normas de modo a: incentivar a oferta de produtos mais sustentáveis aos consumidores; simplificar a legislação em vigor, constituída por vários instrumentos jurídicos; alinhar as normas da UE com os requisitos previstos no Tratado de Lisboa. Carregamento de comentários [aqui](#).

20 a 22 de junho



Semana Europeia da Energia Sustentável 2023

O tema desta edição será "Acelerar a transição para energias limpas - faturas menores e maiores competências". A semana europeia é o maior evento anual dedicado às energias renováveis e à utilização eficiente da energia na Europa. Compreende uma série de atividades destinadas a construir um futuro energético seguro para a Europa. Inscrição e restantes informações [aqui](#).

Até 23 de junho



Consulta pública sobre a meta climática da UE para 2040

As alterações climáticas continuam a ser o desafio decisivo das próximas décadas. Esta comunicação dá início a um processo destinado a estabelecer uma meta climática para 2040 que coloque a UE firmemente na via da neutralidade climática até 2050. Será acompanhada por uma avaliação de impacto aprofundada, que servirá de base a um projeto de lei que estabelece o objetivo para 2040. O carregamento das contribuições pode ser feito [aqui](#).

26 e 27 de junho



EuroPCom 2023

A EuroPCom, a [Conferência Europeia de Comunicação Pública](#), é o maior encontro anual de peritos no domínio da comunicação pública na União e é organizada conjuntamente pelas instituições da UE. A 14.ª Conferência EuroPCom realiza-se a 26 e 27 de junho de 2023 em Bruxelas e em linha.

Com as próximas eleições europeias a apenas um ano de distância, a EuroPCom deste ano tem como tema a democracia. Sob o lema "Comunicar a Democracia - Comunicar a Europa", os especialistas em comunicação a nível local, regional, nacional e europeu partilharão as suas melhores práticas no que respeita a estratégias de comunicação bem-sucedidas e debaterão a forma de conseguir a participação dos eleitores. Analisarão também a forma como a desinformação está a afetar a democracia e como as soluções de dados abertos podem capacitar os cidadãos, entre muitas outras questões de atualidade!.

Até 28 de junho



Consulta pública: digitalização dos documentos de viagem a fim de facilitar as viagens

Os documentos de viagem digitais podem ser mais fáceis de emitir do que os documentos físicos. Podem também facilitar os controlos nas fronteiras e, em última análise, o fluxo de viagens internacionais. Tal como anunciado na estratégia relativa ao espaço Schengen adotada em 2021, esta iniciativa visa decidir sobre um formato comum para os documentos de viagem digitais com vista a facilitar as viagens. Comentários [aqui](#).

Até 30 junho



Comissão Europeia convida Estados-Membros a acolherem as infraestruturas terrestres GOVSATCOM e IRIS²

A Comissão Europeia [lançou](#) um convite à manifestação de interesses, convidando os Estados-Membros a acolherem as infraestruturas terrestres GOVSATCOM e [IRIS²](#) para a prestação de serviços a utilizadores autorizados pelo governo, prossequindo as atividades de implementação relacionadas com a IRIS², a infraestrutura para a resiliência, a interconetividade e a segurança por satélite.

Os Estados-Membros que pretendam fornecer sítios de alojamento e serviços de alojamento associados para os *hubs* GOVSATCOM ou os centros de controlo IRIS² são convidados a apresentar propostas até 30 de junho de 2023. Serão selecionados um sítio principal e um sítio de recurso para o GOVSATCOM e o IRIS², com uma transferência prevista dos sítios para a Comissão o mais tardar no 1.º trimestre de 2024 e no 1.º trimestre de 2025, respetivamente. Os sítios de acolhimento e os serviços associados devem ser disponibilizados para um período de vida operacional de, pelo menos, 25 anos.

Até 3 de julho



Propriedade intelectual — novo quadro para patentes essenciais a uma norma

Uma patente que protege uma tecnologia essencial a uma norma denomina-se «patente essencial a uma norma» (PEN). Os titulares de patentes comprometem-se a licenciar as suas PEN aos utilizadores da norma em termos e condições justos, razoáveis e não discriminatórios. No entanto, alguns utilizadores consideraram que o sistema de licenciamento das PEN não é transparente, nem previsível, nem eficiente. Esta iniciativa tem por objetivo criar um quadro de licenciamento justo e equilibrado e poderá combinar medidas legislativas e não legislativas. Comentários [aqui](#).



Revisão da legislação geral da UE em matéria de produtos farmacêuticos

No âmbito da estratégia farmacêutica da UE, e à luz dos ensinamentos retirados da pandemia de COVID-19, a Comissão tenciona avaliar e rever a legislação geral da UE em matéria de medicamentos para uso humano, a fim de assegurar um quadro regulamentar em matéria de produtos farmacêuticos que possa resistir a crises vindouras e que seja duradouro. Carregamento de comentários [nesta plataforma](#).



Luta contra a corrupção na UE - regras atualizadas

O atual quadro jurídico da UE em matéria de luta contra a corrupção encontra-se desatualizado e incompleto. Esta atualização tornará as regras da UE mais adequadas à sua finalidade, ao incorporar a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC), entre outros melhoramentos. O objetivo é assegurar que todas as formas de corrupção sejam criminalizadas em todos os países da UE, que as pessoas coletivas também possam ser responsabilizadas por essas infrações, e que estejam previstas sanções efetivas, proporcionadas e dissuasivas para essas infrações. Os contributos podem ser submetidos [aqui](#).

Até 7 de julho



Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia (MPCU) – avaliação

O MPCU foi criado com o objetivo de melhorar os sistemas de prevenção, preparação e resposta a catástrofes naturais e de origem humana de todos os tipos, tanto dentro como fora da UE. A presente iniciativa consiste em avaliar o MPCU, tal como previsto na Decisão 1313/2013/UE, que estipula que a Comissão Europeia deve avaliar a sua execução até 31 de dezembro de 2023. As repostas a esta [consulta pública](#) podem ser carregadas até ao dia 7 de julho.

Até 10 de julho



Política de coesão da UE: oportunidades de formação para estudantes de jornalismo e jovens jornalistas

A Comissão Europeia [lançou](#) um convite à apresentação de propostas para estudantes de jornalismo e jovens jornalistas no contexto da 7.ª edição do “Youth4Regions”. Em outubro de 2023, serão selecionados 37 estudantes de jornalismo e jovens jornalistas para viajar para Bruxelas durante uma semana, para formação, tutoria e trabalho com jornalistas experientes na sala de imprensa, bem como para visitar as instituições da UE e os meios de comunicação social.

As candidaturas são aceites em três categorias (vídeo geral, fotojornalístico e jornalístico) dos Estados-Membros da UE, dos países vizinhos e dos países candidatos. O programa “Youth4Regions” é o programa da Comissão que ajuda os estudantes de jornalismo e os jovens jornalistas a descobrir o que a UE está a fazer na sua região. Desde o seu lançamento, em 2017, mais de 170 pessoas de toda a Europa seguiram o programa. O formulário de candidatura e as condições de participação estão disponíveis [na página Web do programa](#) até 10 de julho.

17 de julho



Combater a pobreza energética para uma transição justa

O Comité Económico e Social Europeu organiza, em Bruxelas, a terceira edição da sua [conferência sobre a pobreza energética](#). Esta iniciativa surge na sequência das conferências do CESE de 2021 e 2022 sobre este importante tema. A conferência, organizada sob os auspícios da Presidência espanhola do Conselho da UE, centrar-se-á na forma de combater a pobreza energética num contexto de crise energética sem precedentes, agravada pela guerra na Ucrânia, que agravou a situação dos cidadãos vulneráveis em risco de pobreza energética.

A conferência pretende analisar as medidas atuais e fazer o balanço das recomendações das conferências anteriores, com o objetivo de desenvolver recomendações para o futuro. Pretende igualmente contribuir para o reforço do diálogo e da cooperação entre as organizações da sociedade e os diferentes níveis de governação.

Até 22 de julho



Luta contra a corrupção na UE - regras atualizadas

O atual quadro jurídico da UE em matéria de luta contra a corrupção encontra-se desatualizado e incompleto. Esta atualização tornará as regras da UE mais adequadas à sua finalidade, ao incorporar a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC), entre outros melhoramentos.

O objetivo é assegurar que todas as formas de corrupção sejam criminalizadas em todos os países da UE, que as pessoas coletivas também possam ser responsabilizadas por essas infrações, e que estejam previstas sanções efetivas, proporcionadas e dissuasivas para essas infrações. Comentários sobre a proposta de diretiva [aqui](#).

Até 31 de julho



Prémio de Jornalismo Daphne Caruana Galizia — convite à apresentação de candidaturas

O Parlamento Europeu [lançou](#) oficialmente o convite à apresentação de candidaturas ao Prémio de Jornalismo Daphne Caruana Galizia. O Prémio recompensa anualmente o jornalismo de excelência que promova ou defenda os princípios e valores fundamentais da União Europeia, tais como a dignidade humana, a liberdade, a democracia, a igualdade, o Estado de direito e os direitos humanos.

O Prémio está aberto a jornalistas profissionais e equipas de jornalistas profissionais de qualquer nacionalidade, que devem submeter peças aprofundadas que tenham sido publicadas ou transmitidas por meios de comunicação social sediados num dos 27 Estados-Membros da União Europeia. O objetivo é apoiar e destacar a importância do jornalismo profissional na salvaguarda da liberdade e da igualdade. Os jornalistas podem submeter os seus trabalhos através do [site](#) até 31 de julho de 2023, às 12h00 (hora de Bruxelas).



Produtos químicos perigosos — Proibição da produção para exportação de produtos químicos proibidos na União Europeia

A iniciativa legislativa visa introduzir um mecanismo de proibição da produção e/ou exportação de determinados produtos químicos perigosos que estão proibidos na UE, a fim de proteger os países terceiros dos efeitos negativos desses produtos na saúde humana e no ambiente. A iniciativa alinhará ainda as políticas interna e externa da União Europeia e melhorará a posição internacional da UE, reforçando a credibilidade das ações por esta empreendidas e dando cumprimento a um compromisso que a UE assumiu na sua Estratégia para a Sustentabilidade dos Produtos Químicos. A consulta pública será encerrada a 31 de julho. Carregamento de contributos [aqui](#).

Até 2 de agosto



Estratégia da UE para a Juventude 2019-2027 — avaliação intercalar

A Estratégia da UE para a Juventude 2019-2027 visa: incentivar os jovens a participar na vida democrática; apoiar a participação social e cívica; garantir que todos os jovens dispõem dos recursos de que necessitam para desempenhar um papel ativo na sociedade. O objetivo desta iniciativa é avaliar a eficácia e o desempenho globais, a eficiência, a pertinência, a coerência e o valor acrescentado europeu da estratégia. Esta avaliação servirá de base para a revisão intercalar da estratégia pelo Conselho da UE. Contributos podem ser carregados [aqui](#).

Até 4 de agosto



Consulta pública sobre o balanço de qualidade da aplicação do princípio do poluidor-pagador ao ambiente

O princípio do poluidor-pagador [deve](#) ser aplicado nas políticas ambientais da UE, tal como estabelecido no artigo 191.º, n.º 2, da versão consolidada do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. O princípio do poluidor-pagador exige que os poluidores paguem as medidas que tomam para pôr termo à poluição e pela poluição que provocam. A aplicação do princípio constitui um incentivo para evitar danos ambientais na fonte e responsabiliza os poluidores.

O objetivo da presente consulta pública é recolher os pontos de vista das partes interessadas — juntamente com quaisquer elementos que possam fornecer — sobre a aplicação do princípio do poluidor-pagador na UE, o que está a funcionar bem e não tão bem e o valor acrescentado da UE na sua aplicação. Respostas [aqui](#).

Até 13 de setembro



Bolsas de pós-doutoramento MSCA: mais de 260 milhões de euros para investigadores individuais

A Comissão Europeia [lançou](#) um novo convite à apresentação de propostas para 2023 [bolsas de pós-doutoramento](#) no âmbito das Ações Marie Skłodowska-Curie (MSCA). Com um orçamento de 260,5 milhões de EUR, estas subvenções reforçarão o potencial criativo e inovador dos investigadores titulares de um doutoramento que pretendam adquirir novas competências através de formação avançada e mobilidade internacional, interdisciplinar e intersectorial.

O convite permitirá igualmente a organizações de todo o mundo atrair investigadores talentosos, incluindo universidades de topo, centros de investigação, organizações públicas e privadas e médias empresas. O convite à apresentação de propostas terminará em 13 de setembro de 2023 e deverá financiar mais de 1,2 mil projetos.

Até 19 de setembro



Terceiro convite à apresentação de projetos de pequena escala no âmbito do Fundo de Inovação

A Comissão Europeia lançou o [terceiro convite à apresentação de projetos de pequena escala](#) no âmbito do [Fundo de Inovação](#), um dos maiores programas de financiamento a nível mundial para a implantação de tecnologias hipocarbónicas inovadoras.

O novo convite à apresentação de projetos disponibilizará 100 milhões de euros em subvenções a favor de projetos de pequena escala com uma despesa de capital situada entre 2,5 e 7,5 milhões de euros nos domínios das energias renováveis, da descarbonização das indústrias com utilização intensiva de energia, do armazenamento de energia e da captura, utilização e armazenamento de carbono.

Até 26 de setembro



Programa Europa Digital – 122 milhões de euros em tecnologias e competências digitais

Dos 122 milhões de euros, 31 milhões apoiarão projetos no domínio dos dados, com investimentos no projeto [Genoma Europa](#) para a criação duma base de dados europeia de referência sobre o genoma, que promoverá avanços radicais na investigação, inovação, prevenção de doenças e prestação de cuidados de saúde. 25 milhões de euros serão dedicados às infraestruturas e serviços de computação periférica e em nuvem da próxima geração. 18 milhões serão dedicados à inteligência artificial e 16 milhões à promoção de competências digitais avançadas. O prazo para a apresentação de candidaturas é 26 de setembro de 2023 e as informações relativas às candidaturas estão [disponíveis em linha](#). Outros convites à apresentação de propostas no âmbito do programa de trabalho para 2023-2024 serão publicados no final de maio e ao longo do corrente ano. O programa de trabalho para 2023-2024 dispõe de um orçamento total de 909,5 milhões de euros, dos quais 392 milhões serão afetados a ações em 2023

Até 5 de outubro



Política de Coesão da UE: convite à apresentação de projetos de inovação urbana no valor de 120 milhões de euros

A política de coesão da UE ajuda a inovar as nossas cidades. A [Iniciativa Urbana Europeia](#) (IUE) [lançou](#) um segundo convite à apresentação de propostas no valor de 120 milhões de euros para projetos inovadores que desenvolvam e testem novas soluções para enfrentar os atuais desafios urbanos.

O convite premiará projetos que desencadeiem uma verdadeira transformação nas cidades, gerem investimentos e inspirem outros. O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) financiará 80% do custo dos projetos selecionados. Cada projeto pode receber até 5 milhões de euros. Parte deste financiamento apoiará a transferência de soluções inovadoras para outras cidades da Europa, a fim de garantir um impacto ainda maior, especialmente nas cidades e regiões que mais necessitam de uma transformação urbana sustentável. Para tal, as autoridades urbanas apoiadas estabelecerão parcerias de transferência com três outras cidades para reproduzir os projetos.

O convite está aberto a todas as cidades da UE, individualmente ou em grupo. Os candidatos interessados são convidados a inscrever-se nos seminários de informação e noutras reuniões previstas para as próximas semanas. Os pormenores estarão disponíveis no sítio *Web* da EUI. O prazo para apresentação de candidaturas é 5 de outubro de 2023.

Até 17 de outubro



Comissão lança convites à apresentação de propostas no valor de 122 milhões de euros para colmatar as lacunas de inovação na UE e reforçar os ecossistemas de inovação

A Comissão Europeia [disponibilizou](#) 122 milhões de euros no âmbito da iniciativa [Ecossistemas Europeus de Inovação](#) do programa Horizonte Europa e do [Instrumento de Investimento Inter-regional para a Inovação](#) do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Estes convites à apresentação de propostas têm por objetivo reforçar e fazer progredir os ecossistemas europeus de inovação, ligando todos os territórios da UE para dar resposta aos desafios societários e promover uma coesão mais forte. Contribuem igualmente para uma iniciativa fundamental da "Nova Agenda Europeia da Inovação", que tem por objetivo promover "[vales de inovação regionais](#)" interligados em toda a UE. As candidaturas estão abertas [aqui](#) até 17 de outubro de 2023. Para mais informações, clique [aqui](#).



Agricultura e Alimentação

Principais resultados da reunião dos ministros da agricultura da UE de 30 de maio de 2023

Com base nas informações da Presidência do Conselho da União Europeia e da Comissão Europeia, os ministros da agricultura [trocaram](#) pontos de vista sobre os aspetos da segurança alimentar e dos resíduos alimentares da proposta de regulamento relativo a embalagens e resíduos de embalagens, que visa reduzir a quantidade de resíduos de embalagens gerados na UE, mantendo simultaneamente um elevado nível de segurança alimentar.

No que diz respeito ao objetivo da proposta de reduzir significativamente as embalagens e os resíduos alimentares, os ministros identificaram os fatores-chave para garantir a segurança alimentar, bem como o funcionamento do mercado único. Os Estados-Membros analisaram também em que medida a reutilização, o reenchimento e a reciclagem poderiam ser utilizados como medidas eficazes para reduzir os resíduos de embalagens e aumentar a sua circularidade, e debateram quaisquer ligações pertinentes com a

legislação da UE em vigor. Os resultados do debate serão tidos em conta nos trabalhos em curso no Conselho (Ambiente) sobre o regulamento relativo às embalagens e aos resíduos de embalagens.

Os ministros da Agricultura da UE debateram ainda a situação do mercado dos produtos agrícolas. Os temas abordados incluíram o atual impacto dos elevados preços da energia e dos fatores de produção nos agricultores, os desafios colocados aos agricultores pelas condições meteorológicas adversas no Sul da Europa e questões em regiões e setores específicos, incluindo os laticínios, a pecuária, a fruta e o vinho. Vários Estados-Membros, entre eles Portugal, apelaram à Comissão para que disponibilize financiamento adicional através da reserva agrícola para as regiões e setores mais afetados, adotando simultaneamente uma abordagem flexível que tenha em conta as especificidades de cada região.

Outros temas abordados durante o debate incluíram a importância de encontrar soluções a longo prazo para os problemas com que se confrontam os mercados agrícolas da UE; a necessidade das decisões sobre a afetação de fundos através da reserva agrícola serem transparentes, baseadas em regras e orientadas por dados; e a importância de manter a estabilidade do mercado interno.

Eurodeputados querem proteger melhor os produtos agrícolas de qualidade

O Parlamento Europeu [adotou](#) a sua posição para as conversações com os Estados-membros sobre as novas regras relativas às indicações geográficas da UE para os produtos agrícolas. Os eurodeputados querem melhorar a proteção *online* das indicações geográficas (IG) — direitos de propriedade intelectual que identificam produtos com qualidades, características ou reputação devido a fatores naturais e humanos associados ao seu local de origem. Os domínios que utilizam um nome de uma IG sem estarem devidamente autorizados devem ser automaticamente encerrados ou atribuídos a um agrupamento de produtores que utilize legalmente a IG. Para o efeito, o Instituto da Propriedade Intelectual da UE (EUIPO) deve estabelecer um sistema de alerta para o registo de nomes de domínio.

A melhor proteção das IG nos géneros alimentícios transformados é outra das reivindicações do Parlamento. Em particular, os produtos transformados que contenham um ingrediente de IG não devem ser nomeados sem autorização expressa dos produtores da indicação. O registo das IG deve ser mais rápido e deve continuar a ser feito pela Comissão, que terá cinco meses para um novo registo, defendem ainda os eurodeputados. No entanto, as autoridades nacionais devem gerir a maioria dos pedidos de alteração dos registos de IG existentes, sem que a Comissão tenha de os verificar novamente.

De acordo com os eurodeputados, a Comissão tem competências agrícolas únicas e, por conseguinte, deve continuar a administrar o sistema de IG, em vez do EUIPO. Por último, os eurodeputados afirmam que os agrupamentos de produtores reconhecidos devem obter mais direitos e recursos. Devem ser responsáveis pelo estabelecimento de condições mínimas para a utilização de uma denominação IG e pela supervisão da utilização leal das IG. Os agrupamentos de produtores reconhecidos devem também poder receber contribuições financeiras obrigatórias de todos os produtores de IG. O texto foi aprovado com 603 votos a favor, 18 contra e 8 abstenções.



Ambiente

UE apela a um acordo global para acabar com os resíduos de plástico

De 29 de maio a 2 de junho, [decorreu](#), em Paris, a segunda ronda de negociações de alto nível tendo em vista acabar com a poluição por plásticos. Prevendo-se que a produção de plástico triplique até 2060, a UE procurou obter disposições juridicamente vinculativas sobre a produção de plásticos primários, a fim de garantir a sustentabilidade da produção e do consumo. Mais de um milhar de delegados de governos, ONG, indústria e sociedade debateram com o objetivo de decidir, até ao final de 2024, sobre um instrumento juridicamente vinculativo para pôr fim à poluição por plásticos, incluindo no ambiente marinho.

Alonso Miguel visitou trabalhos de recuperação e conservação de ‘habitats’ das Terras do Priolo

O secretário regional do Ambiente e Alterações Climáticas, Alonso Miguel, [visitou](#) as Terras do Priolo, na ilha de São Miguel, acompanhado por Rui Botelho, Coordenador da Divisão de Conservação Terrestre da Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), para acompanhar os esforços dedicados a esta ave endémica dos Açores de reconhecida importância internacional. De acordo com Alonso Miguel, “a conservação da natureza e a preservação da biodiversidade são domínios de intervenção prioritários para o XIII Governo Regional dos Açores. Nesse contexto, a Região possui atualmente quatro Projetos LIFE em curso com enfoque nessa missão, coordenados pela Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, com destaque para o LIFE IP AZORES NATURA, que é primeiro projeto integrado aprovado em Portugal e o maior projeto de conservação da natureza alguma vez concebido para os Açores, com um orçamento 19,1 milhões de euros”.

“Trata-se de um projeto fundamental para implementação de medidas verdadeiramente inovadoras de gestão de ecossistemas prioritários da Rede Natura 2000, do seu restauro ecológico, da monitorização da biodiversidade, da gestão do uso público, da sensibilização ambiental e promoção da sustentabilidade a longo prazo, do qual a SPEA é beneficiária, sendo responsável pela gestão de 160 hectares de área de distribuição do Priolo, com objetivo recuperar Floresta Laurissilva, Matos Macaronésicos e Turfeiras de Altitude nela contidos”, esclareceu.

Segundo Alonso Miguel, “o restauro ecológico realizado pela SPEA através do LIFE Priolo (2003-2008), do LIFE Laurissilva Sustentável (2009-2013) e do LIFE Terras do Priolo (2013-2019), permitiu a plantação de mais de 200.000 plantas endémicas e nativas, assegurando

a recuperação do habitat natural do Priolo, através do controlo de espécies invasoras, da reconversão de florestas de produção e de intervenções a diferentes altitudes e em condições de terreno variáveis, com objetivo de criar condições de abrigo e de disponibilização de alimento para a espécie". O responsável pela tutela do Ambiente referiu ainda que os esforços realizados pela SPEA, no âmbito do projeto LIFE IP AZORES NATURA, ao longo dos últimos três anos, permitiram já a plantação de mais de 90.000 plantas, destacando-se as intervenções na Mata dos Bispos e as ações de restauro de sistemas fluviais, fundamentais no âmbito de projetos de restauro ecológico de habitats da Rede Natura 2000, como as que têm vindo a ser desenvolvidos na ZPE Pico da Vara/Ribeira do Guilherme.



Coesão e Solidariedade Interna da UE

Auxílios estatais: Comissão adota Comunicação sobre a revisão intercalar dos mapas dos auxílios com finalidade regional

A Comissão Europeia adotou, ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, uma Comunicação relativa à revisão intercalar dos mapas dos auxílios com finalidade regional aplicáveis no período 2022-2027. Os [auxílios com finalidade regional](#) são um importante instrumento utilizado pelos Estados-Membros para promover o desenvolvimento regional. Em 19 de abril de 2021, a Comissão adotou as [orientações revistas da UE em matéria de auxílios estatais com finalidade regional](#) ("Orientações relativas aos auxílios com finalidade regional"), que estabelecem as regras ao abrigo das quais os Estados-Membros podem conceder auxílios estatais a empresas para apoiar o desenvolvimento económico de zonas desfavorecidas na UE, assegurando simultaneamente condições de concorrência equitativas entre os Estados-Membros.

As Orientações revistas entraram em vigor em 1 de janeiro de 2022. Tal como previsto nas Orientações relativas aos auxílios com finalidade regional, os Estados-Membros podem alterar os seus mapas de auxílios com finalidade regional no âmbito de uma revisão intercalar, tendo em conta estatísticas atualizadas. A comunicação entretanto adotada estabelece as estatísticas atualizadas e as regras para a revisão intercalar. As estatísticas atualizadas foram agora alargadas, passando a ter em conta dados até 2021, abrangendo assim também o efeito da pandemia de COVID-19. Os Estados-Membros têm agora a possibilidade de propor alterações aos seus mapas de auxílios com finalidade regional para refletir alterações desfavoráveis no PIB per capita e nas taxas de desemprego na sua região.

Política de Coesão da UE: convite à apresentação de projetos de inovação urbana no valor de 120 milhões de euros

A política de coesão da UE ajuda a inovar as nossas cidades. A [Iniciativa Urbana Europeia](#) (IUE) [lançou](#) um segundo convite à apresentação de propostas no valor de 120 milhões de euros para projetos inovadores que desenvolvam e testem novas soluções para enfrentar os atuais desafios urbanos.

O convite premiará projetos que desencadeiem uma verdadeira transformação nas cidades, gerem investimentos e inspirem outros. O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) financiará 80% do custo dos projetos selecionados. Cada projeto pode receber até 5 milhões de euros. Parte deste financiamento apoiará a transferência de soluções inovadoras para outras cidades da Europa, a fim de garantir um impacto ainda maior, especialmente nas cidades e regiões que mais necessitam de uma transformação urbana sustentável. Para tal, as autoridades urbanas apoiadas estabelecerão parcerias de transferência com três outras cidades para reproduzir os projetos.

O convite está aberto a todas as cidades da UE, individualmente ou em grupo. Os candidatos interessados são convidados a inscrever-se nos seminários de informação e noutras reuniões previstas para as próximas semanas. Os pormenores estarão disponíveis no [sítio Web](#) da EUI. O prazo para apresentação de candidaturas é 5 de outubro de 2023.

Novo relatório sublinha que um desenvolvimento coeso das regiões é fundamental para a agenda de crescimento da UE

A Comissão Europeia adotou um [relatório](#) sobre as tendências regionais para o crescimento e a convergência na UE que mostra que a Europa registou uma dinâmica significativa de convergência ascendente nos últimos 20 anos. Por exemplo, em termos de PIB per capita, até 2021, as regiões menos desenvolvidas registaram um aumento de 51% para 62% em comparação com a média da UE. O relatório complementa a análise das economias dos Estados-Membros nos [relatórios por país](#) publicados pela Comissão em 24 de maio. Destaca igualmente várias assimetrias regionais e a melhor forma das resolver.

Alguns Estados-Membros revelam disparidades regionais no acesso aos serviços públicos de base, como a educação ou os transportes públicos, especialmente nas zonas rurais. Além disso, continuam a existir disparidades nos resultados do mercado de trabalho (ou seja, taxas de emprego e desemprego), competitividade, investigação e inovação, eficiência digital e energética em algumas regiões.

Para resolver os desequilíbrios regionais e, ao mesmo tempo, promover o potencial não realizado das regiões e territórios sub-regionais menos competitivos, juntamente com instrumentos como o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, a análise destaca a importância da ação específica no âmbito da política de coesão da UE nos próximos anos. A Política de Coesão é fundamental para apoiar as reformas e os investimentos que promovem o crescimento nas pessoas e nas empresas. A combinação do pico de execução dos programas da política de coesão de 2014-2020 (405 mil milhões de euros) com o lançamento dos programas de 2021-2027 (378 mil milhões de euros) proporciona um fluxo contínuo de investimento nas pessoas e nas empresas. Desde o início da pandemia, os programas da Política de Coesão desembolsaram mais de 186 mil milhões de EUR para aumentar a resiliência e impulsionar a convergência social e regional.



Eurodeputados aprovam plano para fornecer mais munições à Ucrânia

O Parlamento Europeu [apoiou](#), na quinta-feira passada, um projeto legislativo para aumentar a produção europeia de munições e mísseis. A [Ação Europeia de Apoio à Produção de Munições](#) visa acelerar a produção e entrega de munições e mísseis à Ucrânia e ajudar os Estados-Membros a reabastecer os seus arsenais. Com a introdução de medidas específicas, incluindo 500 milhões de euros de financiamento, o propósito deste plano é reforçar a capacidade de produção da UE para fazer face à atual escassez de produtos de defesa, nomeadamente munições terra-terra e artilharia, mísseis e respetivos componentes.

A Comissão Europeia vai identificar, mapear e acompanhar continuamente a disponibilidade destes produtos de defesa, dos seus componentes e das correspondentes matérias-primas. A proposta estabelece mecanismos, princípios e regras temporárias para garantir a disponibilidade atempada e duradoura destes produtos de defesa para os seus compradores na União Europeia. A eficácia do presente regulamento será avaliada em meados de 2024, tendo em conta a evolução do contexto de segurança. Com base nos resultados, pode considerar-se a prorrogação destas medidas e a atribuição de orçamento adicional. O novo plano foi aprovado por 446 votos a favor, 67 contra e 112 abstenções. A Comissão Europeia apresentou a [legislação em 3 de maio de 2023](#). No mesmo mês, os eurodeputados concordaram desencadear o [procedimento de urgência](#) no Parlamento para acelerar a aprovação do projeto de lei.



Cimeira do Desporto e da Inovação: Comissão abre caminho a soluções inovadoras para a indústria do desporto

A Comissão Europeia [organizou](#) a primeira Cimeira do Desporto e da Inovação, que reuniu decisores políticos, representantes das empresas e da investigação e membros da comunidade desportiva, incluindo a FIA (Federação Internacional do Automóvel), a *European Aquatics* e a liga espanhola de futebol (LaLiga).

Cerca de 100 participantes de toda a Europa [discutiram](#) as tendências e os desafios da inovação no desporto, bem como as oportunidades de financiamento através dos programas da UE. Os debates centraram-se em três áreas fundamentais para o setor do desporto: como apoiar o desempenho dos atletas de competição; como tornar as infraestruturas e instalações desportivas mais sustentáveis; e como tirar o máximo partido das oportunidades oferecidas pela transição digital.



EUA continuam a ser o principal parceiro da UE em matéria de investimento estrangeiro

Em 2021, para os 11 países da UE que [comunicam](#) posições de investimento direto estrangeiro (IDE) por economia investidora final, o valor total ascendeu a 3 052 mil milhões de euros. O IDE por economia investidora final concentrou-se num número relativamente pequeno de países. A principal economia investidora final em 2021 foram os Estados Unidos, que investiram 405 mil milhões de euros (13,3% do valor total por economia investidora final), mantendo a mesma posição que em 2020. Este país foi seguido pela Alemanha com 330 mil milhões de euros (10,8%), França com 315 mil milhões de euros (10,3%), Reino Unido com 274 mil milhões de euros (9,0%) e Suíça com 178 mil milhões de euros (5,8%).

O total das posições de IDE para a economia investidora imediata para os mesmos 11 países da UE ascendeu a 3 051 mil milhões de euros. O Luxemburgo representou a maior parte do total dos investimentos, com 504 mil milhões de euros (16,5% do total da economia investidora imediata), seguido dos Países Baixos (446 mil milhões de euros; 14,6%), da Alemanha (275 mil milhões de euros; 9,0%), do Reino Unido (264 mil milhões de euros; 8,7%) e da França (196 mil milhões de euros; 6,4%).

InvestEU: Islândia e Noruega aderem a programa de financiamento verde, digital e PME na Europa

A Comissão assinou acordos de contribuição com a Islândia e a Noruega no âmbito do [InvestEU](#), tornando-os os primeiros países não pertencentes à UE a participar no programa. Esta é uma oportunidade para continuar e fortalecer a cooperação entre a União Europeia e o Espaço Económico Europeu (EEE), atraindo investimentos privados e públicos para promover prioridades comuns como as transições verde e digital, pesquisa e inovação e a competitividade da Europa economia. Os promotores de projetos islandeses e noruegueses poderão agora candidatar-se diretamente aos parceiros de implementação do [Fundo InvestEU](#) para receber financiamento, apoiado pelo programa.

Juntos, os dois acordos de contribuição valem até 490 milhões de euros. Este montante aumenta a dotação UE do programa InvestEU. Abrangem produtos e projetos financeiros ao abrigo de três vertentes políticas do InvestEU: infraestrutura sustentável; investigação, inovação e digitalização; e, pequenas e médias empresas (PME).

Eurodeputados querem mitigar impacto das empresas nas pessoas e no planeta

O Parlamento Europeu [adotou](#) a sua posição para as negociações com os Estados-Membros sobre a forma de integrar os direitos humanos e o impacto ambiental na governação das empresas. As empresas serão obrigadas a identificar e, se necessário, prevenir,

pôr termo ou atenuar o impacto negativo das suas atividades nos direitos humanos e no ambiente, como o trabalho infantil, a escravidão, a exploração laboral, a poluição, a degradação ambiental e a perda de biodiversidade. Terão também de acompanhar e avaliar o impacto dos seus parceiros na cadeia de valor, nomeadamente fornecedores, vendas, distribuição, transporte, armazenamento, gestão de resíduos e outros domínios.

As novas regras serão aplicáveis às empresas sediadas na UE, independentemente do seu setor e incluindo os serviços financeiros, com mais de 250 trabalhadores e um volume de negócios mundial superior a 40 milhões de euros, bem como às empresas-mãe com mais de 500 trabalhadores e um volume de negócios mundial superior a 150 milhões de euros. Serão igualmente incluídas as empresas de países terceiros com um volume de negócios superior a 150 milhões de euros, se pelo menos 40 milhões de euros tiverem sido gerados na UE.

Relações UE-Reino Unido: UE toma novas medidas para implementar o Quadro de Windsor

A UE continua a pôr em prática o Quadro de Windsor, que foi acordado a nível político entre a Comissão e o Governo do Reino Unido em 27 de fevereiro de 2023 para resolver, de forma definitiva, os desafios relacionados com a Irlanda do Norte, na sequência da saída do Reino Unido da UE. O Conselho [adotou](#) três regulamentos destinados a aplicar as soluções conjuntas acordadas com o Reino Unido no âmbito de questões relacionadas com a saúde pública, animal e vegetal, os medicamentos e determinados produtos siderúrgicos.

As novas regras facilitarão consideravelmente a circulação de uma série de mercadorias da Grã-Bretanha para a Irlanda do Norte, sempre que as mercadorias se destinem a consumo final no país. Ao mesmo tempo, serão criadas salvaguardas para impedir que essas mercadorias entrem no mercado único da UE e para assegurar a proteção da saúde pública, animal e vegetal, bem como os interesses dos consumidores na UE. Os três regulamentos foram acordados entre o Conselho e o Parlamento Europeu mediante um procedimento acelerado.

Na prática, as novas regras relativas às medidas sanitárias e fitossanitárias, que protegem a saúde pública, animal e vegetal, possibilitarão o trânsito de produtos agroalimentares a retalho da Grã-Bretanha para a Irlanda do Norte, para consumo final nesse país, com requisitos de certificação e controlos mínimos, uma vez estabelecidas as salvaguardas acordadas. Essas salvaguardas incluem instalações de inspeção sanitária e fitossanitária e a rotulagem "Not for EU" (não destinado à UE), que será introduzida gradualmente até 1 de julho de 2025. A circulação de determinados vegetais para plantação, com base num rótulo fitossanitário especial, bem como a circulação de maquinaria agrícola, tornar-se-ão mais fáceis. A proibição relativa a batatas de semente será suprimida. Será possível viajar com animais de companhia da Grã-Bretanha para a Irlanda do Norte com um simples documento de viagem para animais, um *microchip* e uma declaração do proprietário a confirmar que o animal não viajará para a UE.



Educação

Mais mulheres do que homens com diplomas do ensino superior em 2022

Em 2022, 42% da população da UE com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos [possuía](#) o ensino superior, o que representou um aumento de 1 ponto percentual (pp) em comparação com 2021 (41%). No entanto, este valor ainda ficou 3 pontos percentuais aquém do objetivo da UE para 2030, que visa que 45% da população da UE no mesmo grupo etário tenha o ensino superior. Quase metade dos países da UE já cumpriram o objetivo para 2030 a nível da UE para este indicador: Irlanda (62%), Luxemburgo (61%), Chipre (59%), Lituânia (58%), Países Baixos (56%), Suécia (52%), Espanha e Bélgica (ambas com 51%), França (50%), Dinamarca (49%), Eslovénia (47%), Letónia (46%) e Grécia (45%). Em contrapartida, as percentagens mais baixas foram registadas na Roménia (25%), Itália (29%) e Hungria (32%).

A disparidade de género no ensino superior é clara: entre os indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos, uma percentagem mais elevada de mulheres tem o ensino superior em comparação com os homens (48% das mulheres e 37% dos homens, respetivamente).



Emprego e Demografia

Taxa de desemprego varia muito entre as regiões da UE

Em 2022, a taxa de desemprego das pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 74 anos na UE [era](#) de 6,2%. No entanto, esta taxa variava consoante as regiões NUTS 2 da UE. As taxas de desemprego mais baixas foram registadas na Boémia Central (1,2%), em Praga (1,6%), no Sudeste e no Sudoeste da Chéquia, bem como na Transdanúbia Central da Hungria (todas com 1,7%). No extremo oposto da escala, as taxas de desemprego mais elevadas foram registadas nas regiões espanholas de Ceuta (28,4%), Melilla (21,6%) e Andaluzia (19,0%), juntamente com a região ultraperiférica da Guadalupe, em França (18,6%).

Em comparação com 2021, os maiores aumentos da taxa de desemprego foram registados nas regiões espanholas de Melilla e Ceuta (ambas +1,8 pontos percentuais; pp), bem como na região ultraperiférica da Guadalupe em França (+1,5 pp). As maiores descidas foram registadas na região do Egeu do Sul, na Grécia (-8,1 pp), nas Ilhas Canárias, em Espanha (-5,6 pp) e na Grécia Ocidental (-4,9 pp).

Em 2022, a taxa média de desemprego da UE para os jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos foi de 11,3% (-1,7 pp em comparação com 2021). As regiões com as taxas mais baixas foram a Boémia Central (1,7%), o Sudoeste (3,1%) e Praga (3,2%) na Chéquia, a Alta Baviera na Alemanha (3,3%), seguida de perto pela Transdanúbia Ocidental na Hungria (3,6%). Em contrapartida, as taxas mais elevadas foram registadas em Ceuta, em Espanha (42,4%), na região grega da Tessália (39,8%), na Grécia Central (36,5%) e noutra região de Espanha, Melilla (36,1%). A Campânia e a Sicília, em Itália (ambas com 34,2%), e a Macedónia Ocidental, na Grécia (34,3%), registaram igualmente taxas elevadas de desemprego entre os jovens.

Proteger o emprego e os trabalhadores: o relatório final confirma que o instrumento SURE desempenhou um papel crucial na atenuação dos efeitos da pandemia e no apoio à recuperação

Em 2020, o instrumento SURE da Comissão, no valor de quase 100 mil milhões de euros, para proteger o emprego e os rendimentos afetados pela pandemia de COVID-19, apoiou cerca de 31,5 milhões de trabalhadores por conta de outrem e por conta própria e mais de 2,5 milhões de empresas. O SURE incentivou eficazmente os Estados-Membros a criarem regimes ambiciosos e em grande escala de tempo de trabalho reduzido e medidas semelhantes a nível nacional, que permitiram às empresas manter os trabalhadores e as suas competências e apoiaram os trabalhadores independentes.

O [relatório semestral final](#) sobre a aplicação e o impacto do instrumento SURE mostra que este desempenhou um papel fundamental tanto na atenuação dos efeitos da pandemia em 2020 como na facilitação da rápida recuperação económica em 2021, que foi mais rápida do que em crises anteriores. O SURE, o instrumento europeu de apoio temporário para atenuar os riscos de desemprego em situações de emergência, chegou ao fim em 31 de dezembro de 2022.



Eleições Europeias

Ingerência estrangeira: pedido de proteção urgente das eleições europeias de 2024

O Parlamento Europeu [apela](#) a uma estratégia coordenada para aumentar a resiliência da UE à ingerência estrangeira e à manipulação da informação, para proteger as eleições europeias de 2024. Segundo os eurodeputados, é provável que a ingerência estrangeira, a desinformação e os ataques à democracia continuem a aumentar e se tornem mais sofisticados durante o período que antecede as eleições para o Parlamento Europeu em junho de 2024. O aviso consta de um relatório da Comissão Especial sobre a Ingerência Estrangeira em Todos os Processos Democráticos na União Europeia, incluindo a Desinformação, aprovado em sessão plenária por 469 votos a favor, 71 votos contra e 75 abstenções.

No texto, os eurodeputados destacam a ingerência nas plataformas *online*, a proteção de infraestruturas críticas e setores estratégicos, a ingerência durante os processos eleitorais, o financiamento encoberto de atividades políticas por intervenientes estrangeiros e a resistência a ciberataques. O relatório centra-se especialmente na ingerência russa e chinesa na União Europeia, nos países candidatos à adesão à UE, incluindo os Balcãs Ocidentais e nos países do Sul Global.

O relatório dá seguimento à aplicação da [resolução sobre a ingerência estrangeira, aprovada em março de 2022](#). Durante a elaboração do novo relatório, os deputados reuniram-se com decisores políticos nacionais, europeus e internacionais, com os serviços de informação dos Estados-Membros da UE, com o [Centro de Comunicação Estratégica da NATO](#) em Riga, o [Centro de Combate às Ameaças Híbridas](#) em Helsínquia, com o Governo e as autoridades australianas e os respetivos organismos das Nações Unidas em Nova Iorque, assim como com os homólogos e autoridades competentes em Kiev, na Ucrânia.



Estado de Direito

Acesso do público aos documentos do Conselho: relatório de 2022

O Conselho [aprovou](#) o seu relatório anual sobre o acesso do público aos documentos. O relatório descreve as tendências na aplicação do Regulamento n.º 1049/2001 no que respeita aos pedidos de acesso do público aos documentos do Conselho em 2022 e analisa outros aspetos conexos. O relatório assinala que em 2022 se registou uma atividade legislativa considerável. O número de mandatos de negociação do Conselho duplicou em relação ao ano anterior, passando de 48 para 97. De acordo com a abordagem acordada sobre o reforço da transparência legislativa, todos os mandatos, o resultado das negociações com o Parlamento e outros documentos importantes relacionados com o processo legislativo foram tornados públicos.

O relatório mostra igualmente que, em 31 de dezembro de 2022, o registo público do Conselho continha mais de 480 mil documentos em língua original, dos quais 72% eram públicos e podiam ser descarregados. Ao longo de 2022, foram acrescentados ao registo 250 mil documentos em língua original, dos quais cerca de 70% são públicos e podem ser descarregados. O registo público do Conselho foi consultado mais de 385 mil vezes.

Iniciativa de cidadania europeia: Comissão decide registar a iniciativa relativa ao reconhecimento mútuo de decisões finais na UE

A Comissão Europeia [decidiu](#) registar uma Iniciativa de Cidadania Europeia (ICE) intitulada "Aplicação efetiva do conceito de precedente judicial nos países da UE". Os organizadores da iniciativa convidam a Comissão a introduzir um mecanismo que garanta o

reconhecimento mútuo das decisões judiciais transitadas em julgado adotadas por tribunais de outros Estados-Membros em matérias semelhantes ou idênticas que exijam a aplicação do direito da União e que tenham implicações transfronteiriças, bem como a possibilidade de invocar os precedentes judiciais nacionais decididos pelos tribunais do país em questão.

A decisão de registo é de natureza jurídica e não prejudica as conclusões jurídicas e políticas finais da Comissão sobre esta iniciativa e as medidas que tenciona tomar, se for caso disso, caso a iniciativa obtenha o apoio necessário. Uma vez que a iniciativa de cidadania europeia preenche as condições formais estabelecidas na legislação pertinente, a Comissão considera que é juridicamente admissível. Na presente fase, a Comissão não analisou o conteúdo da proposta.

Hungria: Eurodeputados denunciam esforços deliberados e sistemáticos para minar os valores da UE

Na sua mais recente resolução, o Parlamento Europeu [manifesta](#) sérias preocupações com a evolução da situação na Hungria, à luz da próxima Presidência húngara do Conselho da UE. Na sequência de um debate na sessão plenária, esta quarta-feira, sobre a situação do Estado de direito e dos direitos fundamentais na Hungria e o congelamento dos fundos da UE, o texto foi aprovado na quinta-feira com 442 votos a favor, 114 contra e 33 abstenções.

Os eurodeputados manifestaram repetidamente a sua apreensão com o estado dos [valores da UE na Hungria](#), que se deterioraram ainda mais devido aos «esforços deliberados e sistemáticos do governo» e apesar da ativação [do mecanismo do Artigo 7.º pelo Parlamento](#). As suas preocupações mais recentes prendem-se com a adoção de leis sem o suficiente escrutínio parlamentar e consulta pública, bem como com a invocação abusiva do «estado de perigo», a utilização abusiva da proteção dos denunciantes para prejudicar os direitos e a liberdade de expressão das pessoas LGBTIQ+ e a violação dos direitos sociais e laborais dos professores.

A resolução condena as campanhas anti-UE do Governo húngaro, que visam desviar a atenção da falta de conformidade com os valores europeus e da corrupção sistémica. Os eurodeputados instam o governo de Budapeste a alinhar as eleições com as normas internacionais, especialmente à luz das próximas eleições europeias de 2024. Também alertam para relatos de intimidação, como visitas da polícia secreta a escritórios de algumas empresas, de partes «estratégicas» da indústria, com o objetivo de as colocar sob controlo do círculo próximo do primeiro-ministro. O orçamento anual para 2022 foi modificado 95 vezes por decreto governamental, salientam ainda, o que impediu o escrutínio adequado e aponta para a falta de uma boa gestão financeira. O Parlamento tem igualmente preocupações em relação aos fundos de recuperação «congelados» e às reformas correspondentes.

#MeToo: PE pede mais medidas para combater o assédio sexual na UE

Os eurodeputados [pedem](#) que sejam melhorados os procedimentos de denúncia e o apoio às vítimas. Na quinta-feira, os eurodeputados adotaram o relatório por 468 votos a favor, 17 contra e 125 abstenções. O relatório destaca que, embora os governos e as organizações tenham feito mudanças para combater a violência sexual e apoiar as vítimas desde que o movimento #MeToo se tornou viral em 2017, em alguns países da UE houve pouco ou nenhum progresso.

O Parlamento apela aos Estados-Membros para que introduzam proactivamente legislação e políticas que combatam a violência e o assédio sexual. Atualmente, estes não são definidos e criminalizados a nível da UE, o que significa que as pessoas afetadas não têm os mesmos direitos nos diferentes Estados-Membros. Os eurodeputados querem uma abordagem comum da UE, reiterando o seu apelo para que a UE identifique a violência baseada no género como uma nova área de crime e para que o assédio sexual seja considerado uma infração penal.

Os empregadores devem tomar medidas para proporcionar um ambiente de trabalho seguro, tendo em conta o trabalho remoto e as lições da pandemia da COVID-19, dizem os eurodeputados. Os Estados-Membros devem assegurar que todos os trabalhadores, no início do seu contrato, recebam informações sobre os procedimentos e políticas anti-assédio em vigor.

Pacote de procedimentos de infração de junho: principais decisões

No seu pacote regular de decisões relativas aos procedimentos de infração, a Comissão Europeia [decidiu](#) instaurar ações judiciais contra vários Estados-Membros por estes não terem cumprido as obrigações que lhes são impostas pelo direito da UE. Estas decisões, que abrangem vários setores e domínios políticos da UE, visam assegurar a correta aplicação do direito da UE em benefício dos cidadãos e das empresas.

As principais decisões tomadas pela Comissão são apresentadas mais abaixo, por domínio político. A Comissão decidiu também encerrar 62 procedimentos dado que os problemas identificados nos Estados-Membros em causa foram resolvidos sem que fosse necessário prosseguir com o procedimento. Para mais informações sobre os procedimentos de infração da UE, ver a secção [Perguntas Frequentes](#). Para mais informações sobre todas as decisões adotadas, consultar o [registo das decisões relativas aos procedimentos de infração](#).



Habitação

Licenças de construção diminuem 5% em 2022

Em 2022, as licenças de construção (em termos de área útil, medida em milhões de metros quadrados; milhões de m²) [diminuíram](#) quase 5% na UE, para 386,7 milhões de m² (em termos absolutos, 18,1 milhões de m²). Esta diminuição seguiu-se a um aumento de 15 % em 2021, reflectindo o período de recuperação no ano seguinte ao pico da pandemia de COVID-19. As licenças de construção são

também medidas pelo número de fogos, independentemente da sua dimensão. Em termos de número de fogos, as licenças também diminuiram 4 % (- 79 100 fogos) na UE, após um aumento de 16 % em 2021.

Entre 2015 e 2019, o número de licenças aumentou quase 6%, em média, por ano. A pandemia de COVID-19 interrompeu esta evolução; no entanto, as perdas de 2020 foram compensadas com o aumento em 2021. Em 2022, apesar de se terem registado decréscimos em ambos os indicadores, o número de licenças foi ainda elevado, mantendo-se acima dos níveis pré-pandémicos. Em comparação com 2021, em 2022, as licenças de construção (em termos de área útil) aumentaram em apenas 9 países da UE: Malta (+29%), Espanha (+28%), Croácia (+21%), Eslovénia (+17%), Bulgária (+12%), Itália (+8%), Hungria (+7%), Portugal (+3%) e França (+2%). Nos restantes membros da UE, os decréscimos no número de licenças de construção variaram entre -28% no Luxemburgo e -1% na Roménia.



Igualdade de Género, LGBTIQ, Inclusão Social e Migração

Política de vistos: Reforço da monitorização dos regimes de isenção de vistos da UE

A Comissão [adotou](#) uma [comunicação](#) sobre a monitorização dos regimes de isenção de vistos da UE, que estabelece um processo de consulta. A comunicação analisa o funcionamento dos regimes de isenção de vistos da UE e identifica os principais desafios nos domínios da migração irregular e da segurança. O mecanismo de suspensão de vistos está estabelecido no artigo 8.º do Regulamento Vistos. O seu principal objetivo é permitir suspender temporariamente a isenção de visto no caso de um aumento súbito e substancial dos riscos de migração irregular ou de segurança.

A isenção de visto traz benefícios económicos, sociais e culturais significativos aos Estados-Membros da UE e os países terceiros. Todavia, nos últimos anos, verificou-se que a isenção de visto pode estar na origem de desafios consideráveis em matéria de migrações e de segurança. Um alinhamento insuficiente em matéria de vistos pela política de vistos da UE pode transformar um país que beneficia da isenção de visto numa plataforma de trânsito para entradas irregulares na UE. Foi o caso das entradas sem visto nos Balcãs Ocidentais de pessoas cuja nacionalidade as obrigaria a ter um visto para entrar na UE, que aumentaram o número de chegadas irregulares à UE em 2022.

A questão foi abordada após contactos imediatos e alargados entre a Comissão e os parceiros dos Balcãs Ocidentais, que realizaram progressos substanciais em matéria de alinhamento no domínio dos vistos. Consequentemente, as chegadas irregulares à UE diminuíram. Além disso, os regimes de concessão de cidadania a investidores aplicados por países terceiros isentos da obrigação de visto criam riscos de segurança para a UE, nomeadamente relacionados com a infiltração da criminalidade organizada, o branqueamento de capitais, a evasão fiscal e a corrupção. Com efeito, esses regimes permitem a nacionais de países terceiros adquirir a nacionalidade de um país cujos nacionais estão isentos de visto, o que lhes permite entrar sem visto na UE, contornando o procedimento de visto de curta duração da UE.

Comissão propõe garantia dos direitos dos adultos que necessitam de proteção em situações transfronteiriças

A Comissão Europeia [propõe](#) novas regras destinadas a garantir a manutenção da proteção dos adultos em situações transfronteiriças, respeitando o seu direito à autonomia individual, incluindo a liberdade de escolha, quando se mudam para a UE. As propostas abrangem adultos que, devido a uma deficiência ou insuficiência das suas capacidades pessoais, não estão em condições de defender os seus próprios interesses. O regulamento proposto introduz um conjunto simplificado de regras que serão aplicáveis na UE, em especial para determinar o tribunal competente, a lei aplicável, as condições em que uma medida estrangeira ou os poderes de representação estrangeiros devem ser concretizados e a forma como as autoridades podem cooperar. «A proposta de decisão do Conselho prevê um quadro jurídico uniforme para a proteção dos adultos que envolva países terceiros. Obriga todos os Estados-Membros a aderirem à Convenção sobre a Proteção dos Adultos de 2000 ou a continuarem a ser partes.



Indústria

Parlamento quer tornar mais ecológica a indústria têxtil e do vestuário

Os eurodeputados [apelam](#) à Comissão e aos países da UE para que ponham fim à «moda rápida» e ajudem os consumidores a fazer escolhas eticamente mais responsáveis e sustentáveis. O Parlamento adotou recomendações para a estratégia da UE para os têxteis sustentáveis e circulares, esta quinta-feira, com 600 votos a favor, 17 contra e 16 abstenções. Os eurodeputados apelam a que os produtos têxteis vendidos na UE sejam mais duradouros, mais fáceis de reutilizar, reparar e reciclar. A sua produção deve respeitar os direitos humanos, sociais e laborais, o ambiente e o bem-estar dos animais ao longo de toda a cadeia de abastecimento. Os eurodeputados também querem que as medidas da UE e nacionais ponham fim à «moda rápida».

O Parlamento afirma que os consumidores devem dispor de mais informações para fazer escolhas sustentáveis e pede a proibição da destruição de produtos têxteis não vendidos e devolvidos na próxima [revisão do regulamento relativo à conceção ecológica](#). Os

eurodeputados querem regras claras para pôr termo ao «branqueamento ecológico» dos produtores através, por exemplo, do trabalho legislativo relacionado com [a capacitação dos consumidores na transição ecológica](#) e [a regulamentação das alegações ecológicas](#).

Os eurodeputados também querem que a próxima revisão da Diretiva-Quadro Resíduos inclua metas específicas separadas para a prevenção, recolha, reutilização e reciclagem de resíduos têxteis. Instam a Comissão a lançar a iniciativa para prevenir e minimizar a libertação de microplásticos e microfibras no ambiente, sem demora. Mais informações estão disponíveis [aqui](#).



Investigação e Inovação Científica, Ciência

Redes de Doutoramento MSCA: Comissão lança convite à apresentação de propostas no valor de 434,8 milhões de euros para formar doutorandos

A Comissão Europeia abriu um novo [convite](#) à apresentação de propostas para as redes de doutoramento das [Ações Marie Skłodowska-Curie \(MSCA\) de 2023](#). Prevê-se que o convite financie mais de 130 doutoramentos em todos os domínios científicos, bem como a formação e o desenvolvimento de competências de 1600 candidatos a doutoramento. Com um orçamento de 434,8 milhões de euros, o convite financiará programas de doutoramento executados por parcerias internacionais de organizações de diferentes sectores em toda a Europa e não só. Para além dos doutoramentos regulares, estão previstos incentivos específicos para a criação de doutoramentos industriais, que formam investigadores e desenvolvem as suas competências fora do meio académico, nomeadamente na indústria, nas empresas e no setor público, e de doutoramentos conjuntos, que oferecem programas de formação integrados conducentes a diplomas conjuntos ou múltiplos. O convite será encerrado a 28 de novembro de 2023.

Estão disponíveis [em linha](#) mais informações sobre o convite à apresentação de candidaturas para as redes de doutoramento de 2023 e sobre a forma de se candidatar. Os potenciais candidatos [podem](#) também participar na jornada de informação específica a [14 de junho de 2023](#).

Novo sistema de patente unitária: pioneiro de uma nova era de proteção e aplicação das patentes na UE

A Comissão Europeia [congratulou-se](#) com o lançamento do [sistema de patente unitária](#), que tornará mais simples para as empresas protegerem as suas inovações na Europa e colherem os benefícios da sua propriedade intelectual. O sistema de patente unitária reforçará a inovação e a competitividade na UE e complementará o mercado único das patentes. Inicialmente, o sistema abrangerá 17 Estados-Membros, que representam cerca de 80% do PIB da UE. A participação está aberta a outros Estados-Membros no futuro.

O sistema de patente unitária proporciona um balcão único para o registo e a aplicação das patentes na Europa. Este sistema reduz os custos, a burocracia e os encargos administrativos para os inovadores, nomeadamente as PME. Permite que as empresas e outros inovadores recebam uma única patente "unitária" para as suas invenções, válida em todos os Estados-Membros participantes. Substitui uma complexa manta de retalhos de leis e procedimentos nacionais em matéria de patentes e elimina os requisitos nacionais de validação mais onerosos para as patentes europeias.

Política anti-trust: Comissão adota novos regulamentos de isenção por categoria aplicáveis aos acordos horizontais e novas orientações horizontais

A Comissão Europeia [adotou](#) uma versão revista dos [regulamentos de isenção por categoria aplicáveis aos acordos horizontais em matéria de Investigação e Desenvolvimento \(«I&D»\) e em matéria de especialização](#), bem como uma versão revista das [orientações horizontais](#), na sequência de uma avaliação e revisão exaustivas das regras em vigor. Os regulamentos de isenção por categoria aplicáveis aos acordos horizontais e as orientações horizontais nas suas versões revistas fornecem às empresas orientações mais claras e atualizadas para as ajudar a avaliar a compatibilidade dos seus acordos de cooperação horizontal com as regras de concorrência da UE. Os novos regulamentos de isenção por categoria aplicáveis aos acordos horizontais entrarão em vigor em 1 de julho de 2023, ao passo que a data de entrada em vigor das orientações horizontais está dependente da sua publicação no *Jornal Oficial da UE*.



Mar e Pescas

Colegisladores chegam a acordo sobre novas regras para lutar contra a sobrepesca

O Conselho chegou a um [acordo](#) provisório com o Parlamento Europeu sobre regras atualizadas para ajudar a prevenir a sobrepesca. A revisão do regime de controlo das pescas moderniza a forma como as atividades de pesca são controladas para assegurar que os navios da UE e os navios que pescam nas águas da UE seguem as regras estabelecidas na política comum das pescas (PCP). O acordo atualiza cerca de 70 % das regras em vigor em matéria de controlo dos navios de pesca, a fim de tornar a pesca na UE mais sustentável.

As principais alterações incluem: sistemas de monitorização de navios (VMS) e registo eletrónico: para assegurar a conformidade com a PCP, todos os navios de pesca serão seguidos por meio de um VMS (para determinados navios de menor porte, estas regras serão aplicáveis a partir de 2029) e terão de registar as suas capturas através de meios eletrónicos; pesca recreativa: a pesca recreativa que vise espécies específicas será objeto de registo, devendo as capturas ser registadas e comunicadas mediante um sistema eletrónico; obrigação de desembarcar: serão utilizadas ferramentas de monitorização eletrónica à distância para assegurar que as capturas

indesejadas sejam trazidas para terra; revisão do sistema de sanções: serão definidos níveis mínimos de sanções financeiras administrativas para infrações graves das regras previstas na PCP, como alternativa às sanções penais; será acordada, a nível da UE, uma lista de critérios comuns para algumas das infrações graves enumeradas; melhor rastreabilidade ao longo da cadeia de abastecimento: será mais fácil rastrear produtos de pesca e da aquicultura frescos (inclusive produtos transformados, após um estudo da Comissão e uma fase de transição de cinco anos).

Os embaixadores dos Estados-Membros junto da UE serão agora convidados a aprovar o acordo alcançado com o Parlamento numa próxima reunião do Comité de Representantes Permanentes e o texto do regulamento será então objeto de revisão jurídica e linguística, antes de ser adotado pelos ministros numa próxima reunião do Conselho.

Segurança marítima: novas propostas para apoiar um transporte marítimo limpo e moderno

A Comissão Europeia [apresentou](#) cinco propostas legislativas para modernizar as regras da UE em matéria de segurança marítima e para prevenir a poluição da água causada pelos navios. Com 75 % do comércio externo da UE a efetuar-se por via marítima, o transporte marítimo é não só a pedra angular de uma economia globalizada, mas também uma tábua de salvação para as ilhas, as regiões remotas e as regiões periféricas marítimas da UE. Embora o nível de segurança marítima nas águas da UE seja atualmente muito elevado, com um reduzido número de vítimas mortais e sem grandes derrames recentes de hidrocarbonetos, ainda são comunicados anualmente mais de 2000 acidentes e incidentes marítimos.

As propostas dotarão a UE de novos instrumentos para apoiar o transporte marítimo limpo e moderno. As propostas alinharão as regras da UE com a regulamentação internacional, garantindo condições de concorrência equitativas para o setor e melhorando simultaneamente a sua aplicação e a garantia do seu cumprimento através da digitalização e de uma maior cooperação a nível da UE. A Agência Europeia da Segurança Marítima (AESM) desempenhará um papel proeminente na aplicação dos novos requisitos através do apoio que prestará à administração dos Estados-Membros para garantir o cumprimento das novas regras. Uma proposta autónoma apresenta as alterações ao mandato da AESM a fim de incorporar estas novas atribuições.

Tal como estabelecido no [Pacto Ecológico Europeu](#), na [Estratégia de Mobilidade Sustentável e Inteligente](#) e no [Plano de Ação para a Poluição Zero](#), a Comissão tem a ambição de colocar o transporte marítimo numa trajetória rumo a zero emissões, zero poluição e zero acidentes. As propostas hoje apresentadas constituem um resultado concreto dos compromissos da Comissão em matéria de mobilidade sustentável e inteligente. No âmbito do pacote Objetivo 55, a [UE decidiu alargar o CELE ao transporte marítimo](#) e adotou o Regulamento [FuelUE Transportes Marítimos](#). Ambos os textos legislativos contribuirão para a transição para um transporte marítimo descarbonizado. As tecnologias e os combustíveis limpos apoiarão igualmente a agenda da sustentabilidade e da poluição zero.

Lançado o sítio *Web* sobre as autorizações de pesca da UE

A Comissão Europeia [lançou](#) um novo [sítio *Web*](#) sobre as autorizações de pesca da UE. Os utilizadores podem agora procurar dados sobre as autorizações de pesca concedidas nos últimos 10 anos a navios da UE que pescam fora das águas da UE e a navios de países terceiros que pescam nas águas da UE. Este sítio *Web* aumenta a transparência nas pescas da UE e a digitalização da administração da UE, disponibilizando ao público dados relevantes sobre as pescas em tempo real. A partilha de informações garante que as operações das frotas de pesca externas da UE são abertas e acessíveis a todos.

Além disso, a secção "Acordos" fornece informações sobre os acordos de pesca multilaterais e bilaterais e os quadros jurídicos em que as frotas de pesca externas da UE operam. Este sítio *Web* constitui um passo importante na aplicação do Regulamento da UE relativo à gestão sustentável da frota de pesca externa (Regulamento SMEFF, UE 2017/2403), nomeadamente no que respeita aos dados acessíveis ao público.



Mobilidade

Número de automóveis por habitante aumentou em 2021

Em 2021, o número médio de veículos de passageiros por habitante na UE [aumentou](#) de 0,53 para 0,57. Os dados mostram que os países ocidentais da UE registaram taxas de motorização (automóveis de passageiros por 1 000 habitantes) mais elevadas do que os países da UE central e oriental. No entanto, a nível regional, registaram-se disparidades significativas na posse de automóveis na UE. As taxas regionais estão frequentemente ligadas à situação económica, mas também podem ser afetadas por circunstâncias específicas. Por exemplo, a elevada taxa de motorização no Vale de Aosta (Itália) é influenciada por regras fiscais favoráveis.

Entre 2001 e 2021, a Roménia registou a taxa de crescimento anual média mais elevada de veículos de passageiros por 1 000 habitantes (taxa de motorização) entre os membros da UE (+5,4%), seguida da Polónia (+4,5%). No extremo oposto, Malta e os Países Baixos (ambos com +0,9%), Espanha (+0,8%), França e Itália (ambos com +0,7%), Bélgica e Áustria (ambos com +0,5%), Alemanha e Luxemburgo (ambos com +0,4%) e Suécia (+0,3%) foram os países que registaram taxas de crescimento médio anual inferiores a 1%. Em geral, os países da UE do Báltico, da Europa Central e Oriental registaram crescimentos mais fortes do que os países da UE Ocidental entre 2001 e 2021.

As duas regiões NUTS 2 que registaram os números mais elevados de veículos utilitários em 2021 foram a Andaluzia (mais de 1 milhão) e a Catalunha (845 000). Estas duas regiões espanholas desempenham um papel fundamental no transporte de mercadorias na região

do Mediterrâneo Ocidental, com ligações diretas por *ferry* não só com as ilhas espanholas e Ceuta e Melilha, mas especialmente entre a Andaluzia e Marrocos e a Argélia, e entre a Catalunha e a Itália.



Proteção civil

Incêndios florestais: UE duplica a frota *rescEU* de combate a incêndios para o verão de 2023

Na sequência dos apelos dos ministros da UE e do Parlamento Europeu, em 2022 a Comissão [desenvolveu](#) também um Plano de Ação para a Prevenção de Incêndios Florestais. Este plano está organizado em torno de três objetivos: 1) melhorar a capacidade administrativa; 2) melhorar os conhecimentos; 3) aumentar os investimentos em ações de prevenção de incêndios florestais.

Como parte do plano, a UE lançou uma nova metodologia de avaliação dos incêndios florestais. Esta nova ferramenta ajuda os países a avaliar a sua capacidade de prevenção dos incêndios florestais e apoia o intercâmbio de boas práticas entre países europeus, no âmbito do Mecanismo de Proteção Civil da UE. Além disso, está a ser criada uma equipa de apoio aos Incêndios Florestais do Centro de Coordenação de Resposta a Emergências para permitir a monitorização e análise em tempo quase real da situação dos incêndios florestais entre meados de junho e meados de setembro.



Saúde

Uso prudente de antibióticos e mais investigação necessária para combater a resistência antimicrobiana

O Parlamento Europeu [adotou](#) as suas recomendações para uma resposta coordenada da UE às ameaças à saúde representadas pela resistência antimicrobiana. Numa resolução aprovada com 525 votos a favor, dois votos contra e 33 abstenções, os eurodeputados dizem que o sucesso no combate à resistência antimicrobiana (RAM) requer o uso prudente de antibióticos para humanos e animais, boas medidas de prevenção e controle de infeções e mais investigação e desenvolvimento quer em novos antimicrobianos quer na procura de alternativas aos antimicrobianos. Os eurodeputados também afirmaram que, se as medidas recomendadas aos Estados-Membros se revelarem insuficientes, serão necessárias mais medidas legislativas a nível da UE.

O texto exorta ainda os países da UE a implementar e atualizar regularmente (pelo menos a cada dois anos) 'Planos de Ação Nacionais' contra a RAM, como uma prioridade para os seus sistemas nacionais de saúde. Para apoiar o uso prudente de antimicrobianos para a saúde humana, os deputados do Parlamento Europeu pretendem melhorar a recolha de dados, incluindo dados em tempo real, tanto sobre a RAM como sobre o consumo de antimicrobianos. Solicitam também à Comissão que estabeleça uma base de dados a nível da UE.

Conselho de Comércio e Tecnologia UE-EUA: regras mais simples para reforçar o comércio de produtos veterinários

No Conselho de Comércio e Tecnologia UE-EUA, os EUA e a UE [chegaram](#) a um acordo que visa o reconhecimento mútuo dos resultados das inspeções de boas práticas de fabrico (BPF) de medicamentos para produtos veterinários. Isto significa que os produtos veterinários fabricados na UE podem agora ser exportados e comercializados nos EUA sem uma inspeção prévia dos fabricantes da UE pelos EUA, e vice-versa. Este acordo surge na sequência de uma decisão anterior semelhante relativa aos medicamentos para uso humano.

A Autoridade dos Alimentos e Medicamentos (FDA) dos EUA já reconheceu a capacidade de 16 Estados-Membros da UE de realizar inspeções de BPF de medicamentos relativamente a produtos veterinários. Ao mesmo tempo, a UE reconheceu a FDA dos EUA como autoridade equivalente para efetuar estas inspeções. A avaliação dos EUA relativamente às restantes autoridades competentes dos Estados-Membros prossegue de acordo com um calendário acordado com os EUA. A data-limite para a conclusão da avaliação de todas as autoridades da UE foi fixada para julho de 2024.



Solidariedade Externa da União Europeia e Diplomacia

Conselho quase duplica a assistência financeira da UE à Moldávia para um total de 295 milhões de euros

O Conselho [decidiu](#) quase duplicar o montante da assistência macrofinanceira à Moldávia que tinha acordado conceder há um ano. Em abril de 2022, tinha adotado legislação que permitia à UE ajudar financeiramente a Moldávia com 150 milhões de euros. O Conselho aumentou agora este montante em 145 milhões de euros, o que significa que a Moldávia disporá de um total de 295 milhões de euros. A assistência macrofinanceira da União tem por objetivo apoiar a estabilização económica e o programa de reformas estruturais da Moldávia, complementando os recursos disponibilizados ao abrigo do acordo financeiro do FMI.

Do montante máximo de 295 milhões de euros, a UE concederá até 220 milhões de euros sob a forma de empréstimos e até 75 milhões de euros sob a forma de subvenções. A assistência contribuirá para cobrir as necessidades da balança de pagamentos da Moldávia, tal como identificadas no programa do FMI.

A guerra da Rússia na Ucrânia tem efeitos negativos consideráveis na economia moldava. Atendendo a que a balança de pagamentos da Moldávia ainda apresenta um défice residual de financiamento externo significativo em 2023, que ultrapassa os recursos facultados pelo FMI e por outras instituições multilaterais, o Conselho considerou necessário aumentar a assistência macrofinanceira da União a favor da Moldávia. Nas atuais circunstâncias excecionais, este aumento é considerado uma resposta adequada ao pedido da Moldávia de apoio à sua estabilização económica, em conjugação com o programa do FMI.



Tecnologia, informática e comunicações

Conselho de Comércio e Tecnologia UE-EUA reforça a cooperação no domínio das tecnologias emergentes, do comércio sustentável e da segurança das economias

A União Europeia e os Estados Unidos [realizaram](#) a quarta reunião ministerial do Conselho de Comércio e Tecnologia UE-EUA (CCT) em Luleå, na Suécia. Nesta reunião ministerial, a UE e os EUA chegaram a acordo sobre uma lista de pontos fundamentais para fazer avançar a cooperação transatlântica no domínio das tecnologias emergentes, do comércio sustentável, da segurança das economias e da prosperidade, da conectividade segura e dos direitos humanos no ambiente digital. Ambas as partes reafirmaram igualmente o seu compromisso inabalável de apoiar a Ucrânia.

A UE e os EUA partilham o entendimento comum de que as tecnologias da inteligência artificial (IA) oferecem grandes oportunidades, mas também podem representar riscos para as nossas sociedades. As duas partes apresentaram os primeiros resultados da aplicação do [Roteiro conjunto do CCT para uma IA confiável e para a gestão dos riscos](#) através de grupos de peritos especializados, que trabalham, nomeadamente, na identificação de normas e ferramentas para uma IA confiável. No futuro, este trabalho dedicará uma atenção especial aos sistemas de IA gerativa. A UE e os EUA realizaram progressos com os trabalhos sobre semicondutores, implantando acordos em matéria de alerta precoce na cadeia de aprovisionamento e de transparência das subvenções. Criaram um mecanismo para evitar corridas às subvenções, aprofundaram a cooperação no tocante às regulamentações respetivas em matéria de semicondutores e vão juntar esforços no domínio da investigação para substituir as PFAS nas cadeias de aprovisionamento dos semicondutores.

A UE e os EUA estão a avançar com os respetivos trabalhos no domínio da eletromobilidade. Chegaram a acordo sobre uma norma internacional comum relativa aos sistemas de carregamento megawatt para os veículos pesados elétricos, que facilitará o comércio e o investimento transatlânticos, reduzindo os custos de fabrico e de implantação. Formularam igualmente [recomendações](#) para a implantação de infraestruturas de carregamento de veículos elétricos financiadas pelo Estado. Ambas as partes aceleraram a sua cooperação no sentido de uma visão e um roteiro comuns da indústria para os sistemas de comunicação sem fios 6G e apresentaram a sua [posição para a 6G](#), definindo os princípios orientadores e as próximas etapas para o desenvolvimento desta tecnologia crítica.

Mais no Parlamento Europeu...

[Calendário para 2023.](#)



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

Nesta [página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer, Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras.

Legenda: **Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:





Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa [Política de Privacidade](#) – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!